



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003755-78.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Perdas e Danos**
 Requerente: **APARECIDO DONIZETE MANAS**
 Requerido: **EDER FERNANDES**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

APARECIDO DONIZETE MANAS, qualificado na inicial, ajuizou ação de Procedimento Sumário em face de EDER FERNANDES, também qualificado, alegando que o réu, dirigindo o veículo *Corolla* teria cruzado, de forma imprudente, o leito da Rodovia SP 318, no dia 21 de março de 2014, de modo a interceptar a passagem do veículo *VW Fusca* dirigido por ele, autor, que trafegava pela referida rodovia na direção a São Carlos/Água Vermelha, fazendo com que o *Fusca* ficasse parado parcialmente sobre o leito da rodovia e sem qualquer iluminação, o que teria motivado que um terceiro veículo o abalroasse em seguida, de modo a causar-lhe perda total do veículo, com prejuízos materiais, além de impedi-lo trabalhar, prejuízos pelos quais reclama a condenação do réu ao pagamento de indenização.

O réu contestou o pedido sustentando que o acidente teria ocorrido por culpa exclusiva do autor, que transitava pela rodovia de forma negligente, com os faróis apagados, e porque chovia no momento da colisão, sua visão acabou dificultada, imputando ainda ao autor dirigir em velocidade incompatível, tanto assim que não teria conseguido frear a tempo de evitar a colisão, passando a impugnar os pedidos de indenização na medida em que o Boletim de Ocorrências teria registrado que o veículo do autor sofreu danos de pequena monta, frente a um pedido de indenização que suplanta o valor de mercado do próprio veículo, concluindo pela improcedência da ação, ou, alternativamente, seja reconhecida a concorrência de culpas.

O autor replicou destacando que a habilitação não seria necessária à demonstração da culpa pelo acidente, refutando a alegação de que dirigia com os faróis apagados e reafirmando suas postulações e pedidos.

É o relatório.

DECIDO.

De fato, tem razão o autor quando afirma que o fato de que sua carteira de habilitação estivesse com a validade vencida não implica em elemento de definição de culpa, até porque não há uma tese de defesa do réu que impute imperícia ao autor, de modo que a mera infração administrativa não poderá implicar em elemento suficiente a eximir eventual culpa do réu pelo acidente.

Nesse sentido: "Seguro facultativo de veículo – Indenização – Parcial procedência



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

- Condutor do veículo segurado que trafegava com a carteira de habilitação com prazo de validade vencido – Infração administrativa que não exclui o dever de indenização" (Ap nº 0005677-44.2009 – 28ª Câmara de Direito Privado TJSP 05/07/2011).

Ainda em relação ao mérito, o ponto controvertido em termos de definição de culpa pelo acidente refere-se a que o veículo dirigido pelo autor, um Fusca, trafegasse com os faróis apagados e em velocidade incompatível para as condições do local, porque era noite e chovia.

Evidente que tendo o réu ingressado na via preferencial de modo a cruzar e obstar a passagem do veículo do autor, a ele cumprisse demonstrar os fatos de que o Fusca tinha o farol apagado e era conduzido em excesso de velocidade, atento a que se trate de fatos modificativos, aplicando-se assim o inciso II do artigo 333 do C.P.C.

Nenhuma das testemunhas soube dizer sobre o farol apagado, senão o próprio réu que teria apresentado tal versão ao policial André Luiz, que atendeu a ocorrência e assim mencionou em seu depoimento.

No mais, as testemunhas foram firmes em dizer que seria impossível dirigir com os faróis apagados naquele momento, quando já era noite e chovia muito forte, a propósito do que destacou a testemunha Maria Helena, que seguia com veículo Corsa logo atrás do autor e acabou colidindo com a traseira do Fusca dadas as condições de clima e tempo acima referidas, que dificultaram sua visão.

No que diz respeito ao excesso de velocidade, nenhuma menção foi feita pelas testemunhas e mesmo o réu não cuidou de indagar essa questão em suas reperguntas.

A culpa pelo acidente, portanto, é do réu, a quem cumpre responder pelos prejuízos do autor.

Nesse sentido cabe destacar que o autor reclama na inicial indenização pelos danos do veículo, cujo valor não declinou com clareza, a propósito do que pode ser lido no item b do pedido de fls. 07, onde reclama que a indenização seja "calculada na fase de execução" (sic).

Nesse ponto, a propósito dos orçamentos acostados à inicial, e conforme já indicado no saneador de fls. 110, cumpriria ser eleito aquele de menor valor na medida em que, não o tendo feito o autor, aplica-se uma interpretação restritiva a propósito da regra do artigo 293 do C.P.C.

Ocorre que o orçamento de menor valor, que é o de fls. 19, teve a autenticidade e a autoria negadas pelo suposto subscritor, Sr. Clésio Aparecido.

Chama também a atenção que os valores orçados, respectivamente R\$9.150,00, R\$7.900,00 e R\$8.000,00, sejam todos superiores ao valor de mercado do veículo, que na Tabela Fipe estima o Fusca ano 1985, modelo mais antigo daquela tabela, em R\$6.763,00 (www.fipe.org.br) .

Depois, a se analisar pelas fotos de fls. 22/27, conclui-se que se tratasse de um veículo em regular estado, de modo que mais acertado se mostrará, em liquidação, se proceder ao arbitramento dos danos, observado o limite do valor de mercado para aquele veículo na data do acidente.

Nesse sentido: "DANOS MATERIAIS – No ponto, não há reparos a serem feitos na sentença recorrido, pois os danos apontados nos orçamentos estão em consonância com as imagens adunadas aos autos e com a gravidade do acidente. A adoção do valor do veículo pela Tabela Fipe se deve á circunstância de que os valores constantes nos três orçamentos apresentados pelo autor superam o valor de mercado do veículo à época dos fatos" (Ap. nº 70058764432 – 12ª Câmara Cível TJRS 21/05/2015).

Esses, portanto, os parâmetros para a liquidação por arbitramento.

Em relação ao pedido que não é explicitado ao final da inicial mas que na causa de pedir é objeto de consideração, referente a uma suposta impossibilidade do autor em exercer



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

seu trabalho, conforme dito pela testemunha Luiz de Jesus, sua ausência ao estabelecimento comercial não durou senão algumas horas, e mesmo assim sem qualquer precisão em termos de lucro cessante, de modo que rejeita-se a pretensão.

No que respeita a uma eventual impossibilidade da mulher do autor, no que a inicial se faz mais explícita, não há inclusão dessa suposta vítima no polo ativo, de modo que com base no artigo 6º do C.P.C., deixa-se de conhecer da questão.

A ação é parcialmente procedente, portanto, ficando compensados os encargos da sucumbência porquanto recíproca.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que condeno o réu EDER FERNANDES a pagar ao autor APARECIDO DONIZETE MANAS a importância que venha a ser apurada em regular liquidação por arbitramento referente aos danos do veículo VW Fusca, ano 1980, placa CQT8982, conforme descritos nos orçamentos de fls. 18, 19 e 20, observando-se como limite máximo o seu valor de mercado, compensados os encargos da sucumbência na forma e condições acima.

P.R.I.

São Carlos, 27 de agosto de 2015.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**